



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ROSILENE DA SILVA SANTANA

**PRECISAMOS FALAR SOBRE RACISMO: RELAÇÕES RACIAIS EM ESPAÇOS
DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM JOÃO PESSOA-PB**

JOÃO PESSOA – PB
2019

ROSILENE DA SILVA SANTANA

PRECISAMOS FALAR SOBRE RACISMO:

Relações raciais em espaços de educação infantil em João Pessoa-PB

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Pedagogia presencial do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências parciais para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Surya Aaronovich Pombo de Barros

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S232p Santana, Rosilene da Silva.

PRECISAMOS FALAR SOBRE RACISMO: RELAÇÕES RACIAIS EM
ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM JOÃO PESSOA-PB /
Rosilene da Silva Santana. - João Pessoa, 2019.
52 f. : il.

Orientação: Surya Aaronovich Pombo de Barros.
TCC (Especialização) - UFPB/Educação.

1. Educação Infantil. 2. Racismo. 3. Relações Raciais.
I. Barros, Surya Aaronovich Pombo de. II. Título.

UFPB/BC

ROSILENE DA SILVA SANTANA

PRECISAMOS FALAR SOBRE RACISMO:
Relações raciais em espaços de educação infantil em João Pessoa-PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: 01 / 10 / 2019

COMISSÃO EXAMINADORA

Surya Aaronovich Pombo de Barros

Prof.^a Dr.^a Surya Aaronovich Pombo de Barros
(Orientadora)

Ana Luisa Nogueira de Amorim

Prof.^a Dr.^a Ana Luisa Nogueira de Amorim

(Examinadora – UFPB)

Ana Paula Romão de Souza Ferreira

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Romão de Souza Ferreira

(Examinadora – UFPB)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que me deu força e perseverança. Dedico também a todas as crianças negras da sala de alfabetização de 1989 da Escola Municipal João Vinagre. Minha sala de alfabetização. Hoje percebo que sofremos muito racismo e que a escola silenciou nossas angústias e sofrimentos do dia a dia.

Dedico a meu pai, José Agostinho, que tem muito orgulho desta filha, que também é meu orgulho, à minha mãe, um ser humano extraordinário, que educou nove filhos e sempre nos fez enxergar a vida na sua forma mais bela que é amar sempre.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Ulisses Alberto meu esposo e companheiro de todas as horas, que sempre esteve presente nas madrugadas de estudos e sempre acreditou muito em minhas ideias e vontade de escrever sobre algo que me angustiava muito: o racismo.

Agradecer a minha orientadora Surya Aaronovich Pombo de Barros pela paciência e ética que sempre teve comigo, principalmente em momentos tão importantes de minha vida.

Também quero lembrar as minhas professoras e professores do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, profissionais dedicados à profissão e verdadeiros defensores de uma educação gratuita, pública e de qualidade.

Por último, agradecer ao Movimento Negro do Estado da Paraíba pela luta permanente na garantia dos direitos da população negra.

RESUMO

Analisa-se neste trabalho como a escola e a família lidam com o racismo no contexto escolar na primeira infância. O interesse na pesquisa se origina na vivência pessoal com experiências racistas e a observação como gestora da Educação Infantil no Município de João Pessoa-PB. Além da importância do tema em si, apresenta-se aqui também o olhar de uma mulher negra em cargo de gestão. Utilizam-se autores que debatem racismo, escola e educação infantil como referencial teórico, a exemplo de Nilma Lino Gomes, Sílvia de Almeida e Lucimar Rosas Dias. Trata-se de pesquisa qualitativa, com pesquisa de campo em duas unidades de educação infantil municipal. Realizaram-se observações, entrevistas e atividades com estudantes, famílias e professoras. Conclui-se que as famílias silenciam sobre o racismo e que a escola de educação infantil não debate a temática, não reconhece sua importância e ainda produz e reproduz a desigualdade racial. Espera-se, com este trabalho, incentivar a reflexão sobre a importância da valorização da população negra e de sua cultura desde a Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil; Racismo; Relações Raciais.

ABSTRACT

It is analyzed in this paper how school and family deal with racism in the early childhood school context. The interest in the research originates from personal racist experiences and the observation as a kindergarten manager in the city of João Pessoa-PB. Besides the importance of the theme itself, it is also presented here the perspective of a black woman in a management role. Authors who debate racism, school and early childhood education are used as theoretical reference, for example Nilma Lino Gomes, Sílvia de Almeida and Lucimar Rosas Dias. This is a qualitative research, with field research in two units of municipal early childhood education. Observations, interviews, and activities with students, families, and teachers were performed. It was concluded that families are silent about racism and that the preschool does not debate the theme, does not recognize its importance and still produces and reproduces racial inequality. It is expected, with this work, the encouragement of a reflection on the importance of valuing the black population and their culture since early childhood education.

Keywords: Child Education; Racism; Race Relations

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO II – Relações Raciais e Educação no Brasil	15
2.1 Marco Legal.....	15
2.2 Racismo, discriminação e Preconceito na Educação Infantil.....	23
CAPÍTULO III – Professor, família e gestão escolar na construção de uma escola inclusiva sem racismo	26
3.1 Ações afirmativas na identidade das crianças negras.....	27
3.2 A intencionalidade pedagógica como estratégia na desconstrução do racismo.....	30
3.3 Um novo olhar e uma nova perspectiva para as crianças brasileiras negras.....	31
CAPÍTULO IV – “Deus me livre de ser sujo” – Escola, família e racismo	34
4.1 A percepção de crianças e professores.....	34
4.2 Sobre os questionários aplicados com os pais das crianças	37
4.3 “Liso é mais fácil de pentear e fazer trancinhas”: alguns casos presenciados nas observações nos CREIS na aplicação dos questionários.....	41
4.4 Sobre as atividades aplicadas com as crianças	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	48
ANEXOS	51

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

“Cabelos trançados é coisa de neguinha”. *“Você deve tomar banho com água sanitária para ver se tem cor de gente”*. Essas são algumas lembranças que eu tenho de minha turma de alfabetização. A professora da minha turma sempre pedia que eu falasse para a minha mãe prender meus cabelos, porque eu nunca iria conseguir fazer amigos com aquele cabelo, “que talvez preso fedesse menos”.

Eu tenho a memória de como a minha mãe lavava meus cabelos todos os dias e eu ficava pensando que a água de minha casa estava suja e que não adiantava lavar os cabelos em casa, se quando chegava à escola, estava fedendo. Um dia, cheguei pouco antes da aula e fui ao banheiro para molhar o cabelo na intenção de “não feder”, pois pensava eu que a água da escola era diferente da água de minha casa. Bobagem minha! Quando entrei na sala, a primeira coisa que a professora fez foi cheirar o meu cabelo e falar “esse não tem jeito, só cortando”.

Na minha inocência de criança, nem percebia que isso só acontecia com as crianças negras como eu. Só na vida adulta fui perceber que essas situações que ocorriam na minha época de escola com as crianças negras – e que acontecem até hoje – é racismo. A omissão da escola nos silenciou por muito tempo, ao ponto de despertar nas crianças negras um sentimento negativo à cor de sua pele.

A vida acadêmica me trouxe a reflexão de como ainda são insuficientes as disciplinas do curso de Pedagogia que tratam sobre o assunto. Some-se a isso minha experiência como gestora de uma unidade de Educação Infantil no Município de João Pessoa desde 2014, que me despertou a vontade de escrever sobre o racismo na Educação Infantil a partir do olhar de uma mulher negra em espaço de direção escolar.

Essas questões motivaram a proposição deste tema e a trazer alguns questionamentos, como, por exemplo, a maneira como a escola pensa ações que tragam impacto à formação de todas as crianças nos primeiros contatos com a escola e a forma como as famílias lidam com o racismo dentro da escola.

Para que o debate sobre o racismo pudesse chegar até a escola, não foi tão fácil. Houve um acúmulo de ações, planos e pesquisas sobre a importância de a escola debater e combater o racismo. Assim, hoje existe – ainda que insuficiente – uma política educacional e uma mudança no currículo escolar que garante leis voltadas para a educação, que contemplem a diversidade

que é a escola. Essas leis só foram possíveis pela articulação do movimento negro, das pesquisas acadêmicas e dos movimentos populares que pressionaram o governo a tratar as relações raciais dentro da escola.

Pesquisas acadêmicas realizadas desde os anos 1980 embasam marcos legais. O de maior significado, conquistado pelo movimento negro, foi a alteração do Art.26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 pelas Leis nº 10.639/2003 e 11.645/08, que institucionalizam a obrigatoriedade do ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos estabelecimentos de ensino públicos e privados brasileiros. Porém, para haver a consolidação e a efetivação dessas determinações, o Estado deve se comprometer com políticas públicas de promoção de igualdade racial, a fim de garantir uma educação igualitária a todas as crianças. Além disso, as unidades escolares também precisam se comprometer, tendo professores/as e gestores/as engajados/as no tema.

A falta de efetivação de políticas voltadas para a plena igualdade de direitos pode gerar nas crianças sentimentos negativos sobre a cor de sua pele, como também insegurança de serem aceitas por professores e por outras crianças. Isso vem do fato de que a imagem negra pouco ou quase nunca está em lugar de representatividade na escola ou nas histórias apresentadas, como também nos livros e contos didáticos. De acordo com Lucimar Rosas Dias (2017, p.64),

Os espaços educacionais precisam estar comprometidos com uma educação que preze pela diversidade étnico-racial, religiosa, etária, social, de gênero, de origem, entre outras, a fim de evitar a disseminação de conceitos enraizados e naturalizados pela sociedade, pois se constata, por meio de dados, que o acesso à educação não tem sido igualitário para os diferentes grupos populacionais.

Sendo assim, a escola deve ser o espaço legítimo para construção de pluralidade de culturas e pensamentos, o que nem sempre ocorre. É preciso trazer os diversos tipos de saberes, não só o curricular, mas as vivências do cotidiano para que esse saber esteja a serviço da escola, da família e da comunidade. Assim, poderemos tratar todos os tipos de diferenças e entender essa pluralidade de pensamentos e culturas. Fora disso, o que teremos é uma exclusão social e racial.

Não é apenas na escola que a criança recebe influência em sua educação. Elas não chegam sem conhecimento prévio, uma vez que recebem influência da família, de ambientes religiosos, da mídia e de diversos espaços públicos e sociais antes do primeiro contato com a escola. Esse conhecimento prévio, muitas vezes, vem com preconceitos embutidos em frases, palavras e até mesmo em ações, quando se encontra com o universo de diversidades, opiniões e

classes sociais que existe na escola. Isso traz a responsabilidade para que a escola saiba lidar com todas essas questões e requer uma discussão não só no âmbito familiar ou escolar, mas que traga uma verdadeira discussão na comunidade à qual esta escola está inserida. Em seu livro “Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar”, Eliane Cavaleiro (1998, p. 69) afirma que:

O racismo, o preconceito racial e a discriminação racial estão presentes na sociedade brasileira e são altamente prejudiciais para a população negra, tanto nas relações sociais (famílias, escola, bairro, trabalho, etc.) quanto nos meios de comunicação. Essas relações podem ser compreendidas quando a escola traz um debate com as famílias que relacionam as questões de exclusão e de igualdade, com as questões de discriminação e racismo. A partir daí, pode-se observar o quanto isso afeta o pleno desenvolvimento das crianças e suas relações de segurança e permanência na escola, gerando uma exclusão dentro da própria escola, ou até mesmo dentro da própria família.

Este trabalho faz uma análise a partir de três aspectos que perpassam pelos três capítulos. Inicialmente, a gestão democrática da escola, identificando como esta pode e deve contribuir para promoção de cidadãos conscientes do papel transformador que tem a educação. A interação da família nas ações da escola, que trata da importância da participação da família na construção de uma educação que vai além dos muros da escola. E o terceiro aspecto, que é a promoção da construção da identidade da criança negra no contexto escolar. Neste último aspecto, a escola deveria promover ações de identidade da criança negra para que as mesmas possam valorizar e reconhecer suas raízes.

A pesquisa foi realizada em dois Centros de Referência em Educação Infantil (CREI), no Município de João Pessoa-PB, os quais chamaremos de CREI I e CREI II. O CREI I também é o local onde atualmente sou gestora, por isso, foi o primeiro espaço de observação. Isso me levou a escolher outro local para a pesquisa, proporcionando uma comparação entre as duas unidades, buscando duas visões diferenciadas: uma a partir do olhar de gestora da unidade, ou seja, que vivencia o dia a dia da unidade escolar, em combinação com o olhar da pesquisadora. O segundo CREI, escolhido por ser o local onde realizei o estágio em educação infantil, esse com o olhar apenas como pesquisadora, sem o acompanhamento diário das ações, aplicando questionários, entrevistas e duas intervenções com atividades propostas pela gestão do CREI.

Os questionários aplicados foram todos concedidos pelas professoras, á qual não identificamos os nomes. Foram aplicados a sete professoras, quatro no CREI I e três no CREI II e a quatro mães e dois pais. Também foram realizadas quatro entrevistas com as crianças de quatro e cinco anos nas duas unidades. E para finalizarmos a pesquisa, aplicamos duas

atividades em cada unidade de ensino, uma no Dia da Consciência Negra e outro no dia proposto pelas professoras das turmas.

Este trabalho foi desenvolvido em quatro capítulos. Além desse primeiro, introdutório, no segundo, tratamos das Leis, Diretrizes e Normas da educação voltadas para a promoção de igualdade de direitos da identidade negra. Ainda neste capítulo, discutimos os programas e ações ao longo das implementações destas leis. No terceiro capítulo, tratamos do papel da escola e da família na construção de uma educação voltada para uma escola livre de qualquer tipo de preconceito ou discriminação, como também discutimos sobre as intencionalidades pedagógicas dos professores e das escolas. No quarto e último capítulo, apresentamos a pesquisa realizada em campo. Discutimos como foi desenvolvida e os aspectos observados a partir das respostas das professoras, das crianças e das famílias aos questionários e entrevistas, assim como a observação do cotidiano escolar. À guisa de conclusão, discutimos como as famílias se colocam diante do racismo e como a escola de Educação Infantil lida com a temática. Esperamos incentivar a reflexão sobre a importância da valorização da população negra e de sua cultura desde a Educação Infantil.

CAPÍTULO II – Relações Raciais e Educação no Brasil

Falar de racismo e suas relações com a educação é necessário para que possamos entender como a escola deve lidar com o racismo quando ele se manifesta dentro do contexto escolar, mas também como ele está relacionado com a família e com a sociedade em geral.

Sílvio de Almeida, em palestra de lançamento do seu livro *O Racismo Estrutural* (2018), fala que “o racismo é quem cria a raça, é que o racismo não tem como se reproduzir longe dos processos educacionais”. Isso nos leva a um entendimento de que o preconceito e a discriminação racial são muito fortes dentro do cotidiano escolar, e não acontece de forma desorganizada e muito menos fora dos contextos políticos, econômicos e sociais, pois se trata de uma relação de poder de uma raça sobre outra.

O direito à Educação está garantido a toda criança desde seu nascimento, assegurado no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e registrado também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996. Essas leis trazem para o âmbito escolar uma política social garantindo a todas as crianças uma educação inicial voltada para o desenvolvimento físico, intelectual, linguístico e social, dando continuidade ao que foi iniciado na família e na comunidade a qual a criança está inserida. Vejamos os passos da educação brasileira na discussão de uma educação igualitária e sem discriminação social e de raça.

2.1 Marco legal

É preciso reconhecer que já avançamos em algumas políticas públicas voltadas para a população negra e igualdade social, mas infelizmente existe um distanciamento entre o que é teórico ou legal e o que se pratica. As leis, resoluções e outras formas legais de garantir igualdade entre as raças não vão avançar na prática cotidiana se as pessoas não tomarem consciência de que nossa sociedade é multicultural em todos os aspectos. É preciso entender que o racismo é crime e deve ser combatido desde os primeiros anos de vida de uma criança e a escola é um grande aliado neste aspecto.

Iniciaremos este capítulo com um breve histórico do marco legal consolidado ao longo do tempo para garantir a igualdade de direitos entre sujeitos, em especial da população negra.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Ao longo de nossa história, foram construídos alguns mecanismos para garantir os direitos fundamentais a todos os cidadãos brasileiros. Podemos dizer que este processo atingiu seu auge com a Carta Magna de 1988, que garante a plena igualdade de direitos:

Art.5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos da lei.

É necessário entender que a escola é um equipamento social que está dentro de uma determinada região e que sofre influências do meio ao qual está inserida, e que tem a função social de formar cidadãos conscientes de seu papel na construção de uma sociedade igualitária e conhecedora de seus direitos e deveres. A função de educar não é só da escola, mas também da família. Por isso, é necessário que tenhamos a compreensão do que fala a Carta Magna, para que esse direito não seja uma opção de uma escola ou outra, mas que seja um direito inerente a todos. Assim, a população negra não pode ser desconsiderada quando a escola pensa sua função social ou quando elabora seu currículo.

Outra lei que traz a importância de discutir sobre as crianças e garantir os direitos e deveres dentro e fora da escola, com ou sem a família é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que discutiremos ainda neste capítulo.

Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

A educação das crianças dentro do contexto escolar precisa ser tratada de forma igualitária independente da cor de sua pele, da religião de seus pais [suponhamos que uma criança ainda não tenha religião]. Para isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) traz princípios básicos e proteção integral a crianças e adolescentes. No entanto, aqui discutiremos apenas o caráter educacional do qual tratam os artigos desta lei. Para iniciarmos este debate, trazemos o seguinte artigo:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Quando falamos de desenvolvimento mental, moral e social, não podemos desassociá-lo do caráter formativo e diversificado que existe na escola. E, quando pensamos em escola igualitária, precisa-se mostrar que não é uma vontade própria de uma escola ou outra, mas garantir e implementar o que diz a lei. Por isso, é necessário que todas as escolas tenham conhecimento desta lei e consigam colocá-la em prática dentro de seus currículos.

A faixa etária de que trata esta lei (de 0 a 18 anos) é uma fase de pleno desenvolvimento e que pode ser um norteador para os anos seguintes da vida adulta e na formação do caráter dos indivíduos.

Em sua teoria sobre as fases do desenvolvimento, Jean Piaget (1970) fala que a criança passa por todo um processo de desenvolvimento, ou seja, melhora das funções e habilidades, até se tornar um adulto. Não são apenas as estruturas internas cerebrais que amadurecem, mas também o social tem um papel importante nessa construção de habilidades.

Na fase entre dois e cinco anos, as crianças já são seletivas acerca dos seus companheiros, têm maior consciência da noção de “certo e errado” e expressam opiniões dos outros, assim como as opiniões dos outros sobre si mesmas já ganham importância.

Nesta fase, as crianças estão nas creches e pré-escolas, sendo um período propício para desenvolver um trabalho de valorização da identidade das crianças, para quebrar diversos preconceitos e falar sobre o racismo com elas. Se este tema não é trabalhado com as crianças, favorece a política da invisibilidade da população negra, colocando-a à margem da sociedade, contribuindo, assim, para um sentimento de inferioridade em relação às demais etnias.

Outra discussão que trazemos sobre o ECA é sobre o direito à educação. Vejamos:

Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado por seus educadores;

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

Faz-se necessário relacionar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e o ECA, pois a primeira traz um contexto geral a respeito da educação e a segunda, algo específico de crianças e adolescentes. Assim, com o debate por parte de professores,

profissionais e especialistas no direito à educação e com o ativismo dos movimentos em defesa de crianças e adolescentes, chegou-se à necessidade do ECA para garantir os direitos básicos e essenciais às crianças, como os direitos à educação, à saúde e à proteção integral. O direito à educação se desenvolve de acordo com a LDB e integra-se com os direitos previstos no ECA.

Pelo papel fundamental que a escola tem dentro de uma sociedade, tornou-se necessária uma lei específica que, respeitando a Constituição, trata da educação escolar. Esta será detalhada no tópico seguinte.

Lei nº 9394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

A LDB, além de estabelecer diretrizes e bases de ensino para a educação, também abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar e na convivência humana, como também disciplina a educação e proporciona um nivelamento mínimo de conhecimentos em qualquer estado brasileiro. É importante discutir a base legal da educação no Brasil para podermos entender como a escola e os professores devem trabalhar para que essa escola seja um lugar onde todos aprendam sobre as diversidades de nossa sociedade, respeitando a história e a cultura de todos que a frequentam.

Assim, no Título II – Dos Princípios e Fins da Educação Nacional:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Observa-se que a lei traz um conjunto de finalidades que permeiam esta educação e que, por sua vez, é dever da família e do Estado, e ambas precisam caminhar juntas buscando sempre o melhor caminho para desenvolver os princípios básicos e a solidariedade.

Nem a escola nem a família podem encontrar sozinhas o melhor caminho para a educação. A escola detém o conhecimento científico, elaborado, enquanto a família tem muito mais a lado emocional e menos preparo pedagógico para lidar com diversos assuntos, diversas realidades e diferentes aspectos.

Atendendo às determinações da LDB, para que assim se estabeleça a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, foi elaborado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI. Documento este que foi fruto de um amplo debate nacional, no qual participaram professores e diversos profissionais que atuam diretamente com as crianças, o que contribuiu para que este tenha uma reflexão a partir de vários olhares, tanto da vasta e longa experiência prática de alguns como da reflexão acadêmica de outros.

Referencial Curricular Nacional para a educação infantil – RCNEI

Na etapa da pré-escola e das creches as crianças passam por fases transitórias, foi pensando nessas fases que se buscou criar o Referencial Curricular Nacional para a educação infantil – RCNEI. Pois é necessário entender que as ações integradas devem incorporar às atividades educativas e os cuidados essenciais das crianças e suas brincadeiras, o Referencial aponta metas de qualidade que contribuem para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos. Vejamos o que diz o RCNEI (1998, p. 15)

As maneiras de andar, correr, arremessar, saltar resultam das interações sociais e da relação dos homens com o meio; são movimentos cujos significados têm sido construídos em função das diferentes necessidades, interesses e possibilidades corporais humanas presentes nas diferentes culturas em diversas épocas da história. Esses movimentos incorporam-se aos comportamentos dos homens, constituindo-se assim numa cultura corporal. Dessa forma, diferentes manifestações dessa linguagem foram surgindo, como a dança, o jogo, as brincadeiras, as práticas esportivas etc., nas quais se faz uso de diferentes gestos, posturas e expressões corporais com intencionalidade.

É preciso garantir as crianças o direito a aprendizagem a partir de sua infância, não perdendo de vista que a sua integralidade de criança e seu direito a viver essa fase, sejam considerados quando pensarmos o currículo para a educação infantil. Assim não podemos esquecer que o direito a brincar, e ser criança deve estar garantido dentro quando a escola pensar o espaço e a forma de trabalhar a aprendizagem das crianças. Trabalhar de forma lúdica essa aprendizagem deve ser a principal maneira de garantir os diversos aspectos, as diversas formas corporais e as possibilidades culturais que tem nas creches e na pré-escola.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil traz orientações pedagógicas para os professores e busca organizar o tempo e espaço pedagógico das creches e pré escolas, sempre valorizando as Linguagens do corpo e dos movimentos na educação das crianças.

Também traz a importância de trabalhar o movimento, as artes visuais, os jogos e as brincadeiras sempre os considerando como elementos do processo de aprendizagem. Assim as idéias e as praticas que a criança desenvolve neste contexto deve ser valorizado de forma lúdica.

Para garantir que as escolas e creches possam de fato discutir a inclusão dos saberes e aprendizados de todas as crianças em seu currículo. Em 2003 depois de vários debates pelos movimentos populares e movimento negro pelos setores do governo chegou-se a Lei nº 10.639/03 que trata da obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” na Rede de Ensino. A qual tratará no próximo item.

Lei nº 10.639/03 – Obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” na Rede de Ensino

Uma lei que trata da educação voltada à identidade da população negra e que garante o direito de conhecer a “História e Cultura Afro-Brasileira” na escola é a lei nº 10.639/03, considerada um grande avanço para a população negra por trazer um sentimento de representatividade nos currículos escolares.

Esta lei altera a lei nº 9.394/96, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira, impulsiona a discussão das relações étnico-raciais e da história e cultura africanas e afro-brasileiras e traz mudanças significativas na escola. Também desperta nos alunos o respeito e o reconhecimento à diversidade étnico-racial. A lei 10.639/03 traz uma alteração significativa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pois explica com mais detalhes a necessidade da educação enquanto direito social e deve passar pelo atendimento democrático da diversidade étnico-racial e por um posicionamento político de superação do racismo e das desigualdades raciais. Vejamos o que diz o Art. 26 da lei nº9.394/96:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (NR).

É preciso que tenhamos uma preocupação de criar uma escola inclusiva, que traga no seu currículo toda diversidade necessária para que os professores, os alunos e a comunidade escolar possam se sentir representados e criar mecanismos para que, nesta fase inicial da educação, não se crie nas crianças um sentimento de negatividade ou de superioridade de raça. Vejamos:

Numa sociedade como a nossa, na qual predomina uma visão negativamente preconceituosa, historicamente construída, a respeito do negro e, em contrapartida, a identificação positiva do branco, a identidade estruturada durante o processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre negros (CAVALLEIRO, 1998, p. 25).

Em muitos casos, esses sentimentos são criados dentro da escola. Em outras vezes, trazidos de casa, da maneira como as famílias tratam a questão racial e como falam sobre esse tema com as crianças. O racismo na escola pode e deve ser combatido pelos professores sempre de forma pedagógica e nunca de forma a reprimi-los, para que não seja uma forma de silenciar no momento o assunto para que ele não seja debatido e questionado pelas crianças.

Não é possível aceitar o silêncio nem da escola (como instituição), nem dos professores (como parte desta instituição) e nem tampouco da família, que é a responsável pelos primeiros ensinamentos da criança. O silêncio causa um barulho enorme no coração e na mente das crianças negras e, para que sejam garantidas e efetivadas as leis, nesse caso as leis que tratam da educação, é preciso criar mecanismos para que sua implementação saia do papel e se torne viva na escola.

Um destes mecanismos é o plano de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-racial e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Plano de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-racial e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana

Para que a lei nº 10.639/03, de fato, possa chegar às escolas de forma a intensificar as ações pedagógicas e que sejam cumpridas as determinações legais para combater e enfrentar todas as formas de preconceitos, racismo e discriminação, foram criados diversos mecanismos, entre eles, o plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-racial e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Assim, foram criados dentro deste plano alguns eixos estratégicos para contribuir na implementação desta lei. Estes eixos são parte do plano e buscam reconhecer a escola como

lugar da formação de cidadãos e afirmar a relevância que a escola tem ao promover a valorização de todas as culturas que fazem do Brasil um país rico em diversidades culturais.

Neste sentido, são seis eixos que trazem os seguintes debates:

Eixo 1 – Fortalecimento do marco legal, que busca trazer a importância e necessidade de Estados e Municípios implementarem a lei, como também normatizar as instâncias legais como conselhos e câmaras temáticas nas suas respectivas responsabilidades.

Eixo 2 – Políticas de formação inicial e continuada traz uma ação de formação e deve estar voltada para a construção de representações das diversas origens culturais e principalmente da história da África e da cultura afro-brasileira nas escolas. Garantindo que os profissionais da educação trabalhem de forma a valorizar essas origens e desconstruir os preconceitos e discriminações contra a população negra.

Eixo 3 – Política de material didático e paradidático: o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) aparece nesse eixo por se tratar de uma importante estratégia que busca critérios estabelecidos e definem que, na construção de uma sociedade democrática, os livros didáticos deverão promover positivamente a imagem de afrodescendentes e também a cultura afro-brasileira, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sociais e científicos.

Eixo 4 – Gestão democrática e mecanismo de participação social: para garantir uma participação e controle social dentro da escola é necessário criar mecanismos que fortaleçam as políticas necessárias para a implantação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que propõe a participação das famílias, dos alunos e da comunidade escolar como ponto fundamental para o aprimoramento dessas políticas e concretização das ações de democratização da escola.

Eixo 5 – Avaliação e monitoramento: aponta para a construção de indicadores referentes ao desenvolvimento dos alunos e criem políticas públicas de enfrentamento às desigualdades raciais na educação.

Eixo 6 – Condições institucionais: que trata dos mecanismos institucionais e rubricas orçamentárias necessárias para que a Lei seja implementada. Também reafirma a necessidade da criação de setores específicos para a temática étnico-racial e diversidade nas secretarias estaduais e municipais de educação.

Esses eixos vêm como forma de nortear a escola para pôr em prática o plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-racial para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana de forma a complementar as diversidades culturais. Por isso, o debate do marco legal sobre as leis desde a constituição até as

mais específicas que trata de crianças e da educação foi uma maneira de aprofundar a discussão acerca da importância que a escola tem em não caminhar sozinha ou por vontades própria, ou mesmo por uma gestão escolar de uma creche ou escola a qual se sinta tocada ou ache importante debater. É necessário que haja uma compreensão que a educação precisa garantir a todos o direito do acesso e da permanência.

Assim como o plano a qual discutimos anteriormente, a busca por uma educação igualitária trouxe ao debate em 2017 a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esta base é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais para que todos os alunos devam desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento. A Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

A BNCC detalha e garante diversos aspectos que a escola precisa se debruçar e trata também que as diversidades culturais não deve ser visto como algo de uma escola ou outra, mas sim de todas as escolas brasileiras. Traz também para o debate um olhar para as crianças das unidades de Educação Infantil, um olhar que vai além dos cuidados da higiene das crianças.

Discutir a Base é importante para que as pessoas entendam a universalidade da educação, desde a primeira infância, e prepara os professores para essa formação e mudança de pensamento referentes as crianças dentro das escolas e das creches.

Nas pesquisas realizadas nos CREIS observamos que falta por parte de alguns professores e de alguns gestores em entender a garantia do direito a educação e diversidade cultural, de temas como o racismo e da história da população negra como algo garantido em lei. Muitos ainda pensam que podem optar em trazer ou não essa temática para o seu currículo, neste contexto é de fundamental importância fazer esse resgate histórico para a garantia deste direito fundamental. Trataremos de temas mais específicos que aparecem no dia a dia do CREI e como se pensa, ou deve-se pensar a educação inclusiva sem qualquer tipo de racismo ou preconceito.

2.2 Racismo, discriminação e preconceito na Educação Infantil

O racismo é um comportamento que gera aversão a outra pessoa pela cor de sua pele, em algumas pessoas até gera ódio em ter que dividir o mesmo espaço que uma pessoa negra. O

racismo existe e se manifesta por meios discriminatórios cometidos as pessoas negras e que por muitas vezes é reproduzido de forma individual ou em grupos. Falar sobre ele e sobre a discriminação entre crianças nos leva a uma reflexão sobre quais os mecanismos e as estratégias que os CREIS, que é a primeira educação institucional das crianças estão criando para que essas não sejam atingidas tão precocemente pelo racismo e a discriminação social. De acordo com Lucimar Rosa Dias (2012, p.669)

Certamente, é a aprendizagem social negativa sobre o que representam pessoas negras. A idéia do negro como pessoa feia, suja ou que é ladra, perigosa, malandra, assustadora, entre outras, permeia a construção do imaginário de todos nós. Esse medo é criado por meio de mecanismos simbólicos apresentados em diferentes veículos que trabalham com imagens. A pessoa negra está muitas vezes representada e associada a fatores negativos. Nos filmes e histórias infantis, a referência à cor preta é tradicionalmente a portadora do mal. A linguagem simbólica que habita as experiências infantis remetem as crianças a relacionarem o negro como assustador, perigoso, mau, o que inclui a pessoa negra.

Efetivar ações e mecanismos a serem abordados na educação infantil, para que esse “imaginário negativo” não seja despertado nas crianças e não tragam a simbologia negativa a pele negra é necessário a implementação da educação das relações étnico racial, a qual tratamos ainda neste capítulo, que é prevista na lei 10639/03. Essa garantia a qual trata a lei precisa ser trabalhada desde a educação infantil, e as escolas precisam adequar seus currículos, uma vez que cabe ao espaço de educação cuidar do bem estar da criança, e oportunizar experiências pautadas no respeito por si e pelo outro. Destacar as ações do plano que tratamos como forma de combater a ausência ou atitudes e comportamentos preconceituosos dos professores pode ajudar no possível despreparo de alguns profissionais da educação para lidar com situações de discriminação em sala de aula e preparar o professor da educação infantil para um olhar voltado ao desenvolvimento humano e social das crianças, buscando aulas práticas que respeito a diversidade étnico racial.

Vale salientar que todas as ações desenvolvidas na escola precisam acontecer em um ambiente de aprendizagem, que valorize a história da população negra e traga atores representativos à autoimagem positiva, cuidando dos aspectos estéticos e de decoração condizentes com a valorização da diversidade racial. Eliane Cavalleiro (1998, p.11) fala que: “subsidiar estratégias que visem a elevar a autoestima de indivíduos pertencentes a grupos discriminados e a criar condições que possibilitem a convivência positiva entre as pessoas e, em especial, tornar a escola um espaço adequado a convivência igualitária”.

Valorizar no espaço escolar imagens relacionadas aos corpos negros e cabelos crespos, que, por muitas vezes, são tratados dentro da escola com hostilidade, demonstra que a escola,

se propõe a criar mecanismos e ações em que as crianças, tanto brancas quanto negras se reconheçam dentro de sua cultura.

Não estamos afirmando que o racismo se inicia na educação infantil, mas demonstrando que o fato de muitas escolas acharem cedo a discussão sobre o racismo entre as crianças não lhe dão a oportunidade de despertar o empoderamento das crianças negras. Tratar deste assunto traz uma reflexão de que ainda é muito forte o sentimento de inferioridade, negatividade e rejeição à população negra. Isso se reflete na educação das crianças, uma vez que essas se “espelham” e aprendem com os adultos à qual convivem, gerando uma demanda para que as escolas trabalhem em seus currículos a história de sua população e nenhuma criança seja impedida de se manifestar a respeito do seu pertencimento racial.

Quando as creches ou as escolas rejeitam as histórias africanas ou afro-brasileiras, legitimam o processo de colonização presente em nossa sociedade e cria uma hierarquização das diferenças. A história apresenta sempre os heróis brancos e retrata os símbolos africanos como negativos. As ações desenvolvidas na escola devem acontecer em um ambiente de aprendizagem que valorize a história da população negra e traga atores representativos à autoimagem positiva, cuidando dos aspectos estéticos e de decoração condizentes com a valorização da diversidade racial.

CAPÍTULO III – Professor, Família e Gestão Escolar na construção de uma escola inclusiva sem racismo

A primeira referência que uma criança tem de socialização é o lar onde vive. Por isso, os pais, adultos e outras pessoas com as quais ela convive são fontes de uma provável definição do “verdadeiro” ou “real” da identidade dessas crianças. Pois são justamente esses que elas têm como referência, que irão lhe mostrar aquilo que é permitido e proibido enquanto ser e existir, individualmente ou em grupos.

Sendo assim, é necessário que essa família esteja em consonância com a escola, enfrentando os desafios juntos, pois a criança sai da atenção exclusiva da família para dividir essa atenção com outras crianças. Da mesma forma, elas estavam acostumadas apenas com as pessoas de seu convívio e na escola descobriu uma grande diversidade, outros pares que já não são apenas aqueles referenciais aos quais estavam acostumados.

É justamente nesse momento que os professores precisam encarar os desafios de lidar com essa nova descoberta.

Assim, segundo Eliane Cavalleiro (1998, p. 62)

A possibilidade de as crianças receberem uma educação de fato igualitária, desde os primeiros anos escolares, representa um dever dos profissionais da escola, pois as crianças dessa faixa etária ainda são desprovidas de autonomia para aceitar ou negar o aprendizado proporcionado pelo professor.

Para a autora, as questões raciais apareceram nas práticas educativas ocorridas na casa e na escola, no caso das crianças nas creches, em algumas situações observa-se que algumas professoras têm uma determinada relação de preferência aparentemente afetiva por crianças brancas, já as crianças negras não se sentem acolhidas e passam a perceber esse processo de exclusão na escola, a qual a professora já se torna uma segunda referência para a criança.

Ao negarem carinho e atenção às crianças negras, os profissionais legitimam o racismo e a lógica excludente que a sociedade tem com a população negra e favorece e regulamenta uma hierarquia racial, por isso faz necessário que tenhamos cada vez mais formação para professores, no que diz respeito ao conhecimento não só da diversidade mas de tudo que a legitima dentro da escola.

A escola pode propor não só ações, mas dar atenção especial aos currículos dos cursos de Formação de Professores e se preocupar mais com os impactos que uma má formação dos mesmos pode causar na educação das crianças. Buscar entender a família como aliada, e não como inimiga da escola, é uma boa alternativa para acabar, por exemplo, com o racismo em

especial entre as crianças. Sobre a importância da formação de professores Lucimar Rosa Dias (2012, p. 668) defende que:

Os cursos de formação de professores para a educação infantil devem possibilitar que estes sejam capazes de desenvolver experiências de aprendizagem nas quais as crianças se apropriem dos conhecimentos culturais e científicos produzidos pelos vários grupos étnico-raciais, especialmente negros e indígenas. E isso por meio de experiências com filmes, danças, arte, música, teatro, entre outras linguagens que tragam os saberes científicos, as lutas e resistências desses povos.

Por isso que a formação de professores irá ajudar na desconstrução do racismo e fazer com que as pessoas encarem que ele se manifesta também na infância, apesar de algumas pessoas acreditarem que falar sobre racismo com as crianças pode despertar nelas esse sentimento.

Mas como podemos combater o racismo nos adultos, se não ensinarmos as crianças a terem respeito e entendimento sobre as diferenças sociais e raciais? Só discutindo sobre o assunto é que poderemos combatê-lo.

A escola não pode ser assistencialista, pois assim não cumprirá sua função social, que é formar cidadãos conscientes e transformadores. Ora! Pedir para que as crianças se abracem e peçam desculpas por terem sido racistas ou preconceituosas é encontrar uma forma afetiva de resolver o problema, pode ser mais fácil de resolver o problema na hora, mas não é a melhor maneira de despertar nas crianças a reflexão e a lembrança para que em outros momentos não agir daquela forma para não ser desrespeitoso com o outro.

Educar as crianças para respeitar as diferenças é enriquecer o conhecimento delas e ter uma perspectiva de mundo sem racismo e de pessoas prontas a defender a sua não existência e a criar um país de resistência. A escola pode e deve produzir seu projeto político-pedagógico alicerçado na vivência do que é diferente e do que nos torna iguais. Do que é positivo e negativo, e no que é determinante para a formação e autoafirmação das crianças, nesse caso, das crianças negras em relação à identidade racial.

3.1 Ações afirmativas na identidade da criança negra

As crianças negras aprendem a se identificar como negras através das representações que são expostas a elas, a partir do espelho que elas se enxergam, do contato pessoal com outras crianças e das ações a que elas são expostas pela sociedade em especial pela escola.

De acordo com Nilma Gomes (2003, p. 42)

A reflexão sobre a construção da identidade negra não pode prescindir da discussão sobre a identidade enquanto processo mais amplo, mais complexo. Esse processo possui dimensões pessoais e sociais que não podem ser separadas, pois estão interligadas e se constroem na vida social. Enquanto sujeitos sociais, é no âmbito da cultura e da história que definimos as identidades sociais (todas elas, e não apenas a identidade racial, mas também as identidades de gênero, sexuais, de nacionalidade, de classe, etc.). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que estes são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Nesse processo, nada é simples ou estável, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes, ou até contraditórias. Somos, então, sujeitos de muitas identidades e essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes, parecendo-nos, depois, descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas.

Destacar as literaturas que trazem como representatividades o corpo negro e o cabelo crespo, traz a construção das identidades e das referências adequadas às múltiplas culturas, trabalhando, assim, a partir do referencial de seu pertencimento racial.

Vejamos a literatura infantil: “Cabelo Ruim?” (PINTO, 2007). É uma história de três meninas aprendendo a se aceitar. A autora, Neusa Batista Pinto, traz uma história de descoberta da beleza e da autoaceitação. Esses são os assuntos centrais deste livro, que traz como personagens três meninas negras e pobres que enfrentam manifestações preconceituosas em relação ao seu cabelo crespo. Aos poucos, elas vão aprendendo a amá-lo do jeito que ele é.

Trazer para as crianças essa literatura desperta o sentimento de que não há apenas crianças brancas nos livros, daí as crianças negras podem passar a se ver na história, sentem-se importantes ao ver a sua cor naquelas meninas. Como qualquer história infantil, elas têm vontade de ser iguais aquelas meninas do livro. Por isso, a importância de buscar a literatura que traga a identidade afrodescendente para a sala de aula também levanta a autoestima de crianças negras e evita o sentimento de superioridade que ainda existe da raça branca sobre a negra.

Também no livro “Crianças Negras” (2016), de Madu Costa, apresenta Griot que é o contador de histórias africano que passa a tradição dos antepassados de geração em geração. O objetivo da Coleção Griot Mirim, que tem entre seus títulos “Meninas negras”, é trabalhar a identidade afrodescendente na imaginação infantil. E é justamente à imaginação que esses livros falam a partir de uma composição sensível, de textos curtos e poéticos, associados a belas ilustrações, um modo lúdico de reforçar a autoestima da criança a partir da valorização de seus antepassados, de sua cultura e de sua cor.

Outra forma de valorizar a cultura negra para essas crianças é buscar vivências das famílias para dentro da escola, mas não bastam fazer isso apenas nas datas significativas como

o Dia da Consciência Negra, essas ações precisam ser cotidianas e não podem ser descontextualizadas e fora dos conteúdos escolares. Desta forma o aprendizado tem um sentido na vida das crianças. Levar uma família negra para fazer penteado afro nas crianças e explicar o sentido para elas irá despertar em todas independente da cor da pele o respeito pela ação ali promovida e torna o processo de identidade da criança negra mais leve e natural. Lucimar Rosa Dias (2012, p. 669) afirma que:

Os saberes da criança sobre o sentido de ser negro ou branco na sociedade brasileira têm origem na família, na educação informal, no ambiente de vida, na experiência com os pares, nas músicas que ouve, nas revistas e propagandas que vê, nas piadas que escuta, nos gestos que identifica, enfim na sua convivência social em diferentes âmbitos e por diferentes meios de linguagem.

Essa articulação entre identidade e cultura pode ser trabalhada de forma a ver a escola como um espaço de formação que tenha inserção num processo educativo bem mais amplo que os ensinamentos tradicionais, onde os alunos tenham bem mais do que currículos de disciplinas escolares, regimentos, normas, projetos, provas, testes e conteúdos.

Mas sim um espaço que interfira na construção da identidade, para que assim juntos escola, família e comunidade possa de fato fazer com que as crianças se encontrem e se sintam parte desta construção. Trazendo sempre uma memória positiva de seu passado articulada com o seu presente.

Muitas vezes as crianças tornam-se vítimas indefesas de preconceitos e estereótipos que são transmitidos pela fala, criando uma distância entre o que se diz e o que se pratica. muitas vezes as crianças têm atitudes racistas e é levado como brincadeiras de crianças, como algo que quando a criança crescer vai passar, ou até mesmo é silenciado por ser coisa de criança.

Olhar, por exemplo, para o corpo negro e sua cultura, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las, esse olhar pode fazer uma enorme diferença dependendo da forma como vai ser conduzido e trabalhado pelo adulto diante de tal situação.

Por isso que é importante sempre lembrar que a identidade é construída diariamente e que essa construção não deve se dar pela oposição ao branco, mas, sim pelo diálogo com este, é no conflito do diferente que as crianças vão aprendendo o que as torna igual. Ou seja, quanto mais diferente for mais se percebe a igualdade.

3.2. A intencionalidade pedagógica como estratégias na desconstrução do racismo

Agir de forma intencional é um sinal de consciência do que está se dispondo a fazer, com a educação não é diferente, por isso que todo ensino tem uma intencionalidade. Mas afinal qual é a melhor forma de tornar as intenções conscientes durante o processo de ensino e aprendizagem das crianças? Qual é o melhor caminho para desconstruir algo que foi historicamente introduzido e discriminado na sociedade? Toda ação pedagógica executada pelo professor na escola, ou em outros espaços de educação, onde alguém ensina e outros tantos aprendem, sendo assim é sim um ato intencional, ou seja, a intenção de passar ou transmitir a construção deste conhecimento.

Por isso que quando a escola está disposta a acabar com o racismo, ela reconhece que esse ensino, essa intenção vai ser transmitida a outros espaços por aqueles que aprenderam. Portanto entendemos que o ato de educar é um ato político, porque vem carregado de intenções, de moral de valores ou até mesmo de transformar. Como entendemos que a educação é um ato político, a escola deve ter consigo a representatividade de toda a população, em suas diversidades culturais, raciais e sociais, para que de fato quem aprende e quem ensina estejam dentro deste processo. Desta forma, a escola não só representará uma parcela da população, mas será a população representada dentro dela, de forma que a multiculturalidade estará contemplada dentro de seu currículo, isso deve ser um entendimento primordial para que as pessoas consigam entender suas histórias e suas raízes culturais.

Muitas vezes é mais fácil construir que desconstruir algo que foi ensinado. Com o racismo, não é diferente. Fazer com que as pessoas entendam que uma população não pode ser separada pela cor da pele, ou fazer com que as pessoas compreendam que o racismo precisa acabar é necessário. Talvez seja mais fácil ensinar as crianças do que reeducar os adultos.

Levaremos em consideração que, por mais que as crianças tragam consigo muitas bagagens educacionais, pelos espaços a qual elas frequentam, também não podemos esquecer que essa bagagem é bem maior nos adultos. Por isso, que a intenção de acabar com o racismo precisa ser pedagógica e organizada de acordo com a capacidade e a atuação que o CREI, a família e a sociedade trabalham com suas crianças de forma á construir nelas um presente de consciência de pertencimento racial e futuros cidadãos construtores de uma nova sociedade.

3.3. Um novo olhar e uma nova perspectiva para as crianças brasileiras negras

Às vezes, é bom perguntar se existe espaço para as crianças negras em um currículo branco. Mas o problema não é diretamente a escola, e sim quem pensa a escola. Porque se ficarmos pensando que é um problema pontual de uma ou outra escola, pode-se procurar outra e resolver o problema. Mas a questão é como podemos pensar uma política educacional para que as crianças negras de fato tenha esse espaço.

As instituições de ensino são reguladas hoje pela Lei 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, a qual requer da equipe e do profissional educador uma mudança não só no currículo escolar, com a inclusão dessa temática nas suas aulas e atividades pedagógicas, mas também de uma postura que ressignifique as relações raciais e também contribua positivamente para a identidade de crianças negras através da visibilidade do povo negro e sua história, dos seus líderes, dos processos de resistência, pautada na diversidade e na contribuição histórica que cada grupo étnico teve e tem na sociedade.

Segundo dados de 2010 do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, aproximadamente 54,5% das crianças e adolescentes no Brasil são negras ou indígenas. Essas crianças, na sua maioria, estão na escola regular e toda hora estão sendo confrontadas com as hierarquias raciais que se apresentam na dominação da sociedade e da escola. Isso nos mostra que o racismo pode chegar a essas crianças e, muitas vezes, a identidade negra se apresenta de forma negativa ao ponto que elas associam essa negatividade a sua negritude.

Lucimar Rosa Dias (2012, p. 669) diz que “certamente é a aprendizagem social negativa sobre o que representam pessoas negras. A ideia do negro como pessoa feia, suja ou que é ladra, perigosa, malandra, assustadora, entre outras, permeia a construção do imaginário de todos nós”.

Por vezes, as crianças lançam mão de ser quem são para vir a ser quem a sociedade quer que ela seja, e isso é um grande sofrimento psicológico, pois acaba sendo um mecanismo para sobreviver às agressões que sofrem ao não se encontrarem e não se enquadrarem ao perfil das crianças brancas.

Da mesma forma a ideia de superioridade também pode ser ressignificada, quando a desassociamos da raça e desmistificamos as formas estruturais as quais a sociedade está acostumada, cuja ideologia está baseada na superposição de um grupo sobre outro, na qual a imagem do negro foi construída a partir de referências negativas.

É pertinente valorizar os traços pertencentes à raça negra para não serem desqualificados, invisibilizados e negados, pois tal negação pode se manifestar no comportamento da criança negra pela rejeição e insatisfação com o próprio corpo, através da busca pela anulação dos seus traços de pertencimento racial. Quando valorizamos e destacamos na história heróis negros como pessoas que tiveram e que têm um papel de suma importância na história do nosso país, as crianças negras sentem-se representadas e reconhecem esses traços que hora negava. De acordo com Nilma Gomes (2003, p. 174):

O corpo localiza-se em um terreno social conflitivo, uma vez que é tocado pela esfera da subjetividade. Ao longo da história, o corpo se tornou um emblema étnico e sua manipulação tornou-se uma característica cultural marcante para diferentes povos. Ele é um símbolo explorado nas relações de poder e de dominação para classificar e hierarquizar grupos diferentes. O corpo é uma linguagem e a cultura escolheu algumas de suas partes como principais veículos de comunicação. O cabelo é uma delas. O cabelo é um dos elementos mais visíveis e destacados do corpo. Em todo e qualquer grupo étnico ele é tratado e manipulado, todavia a sua simbologia difere de cultura para cultura. Esse caráter universal e particular do cabelo atesta a sua importância como símbolo identitário.

Entender a importância de valorizar os traços negros como identidade e preservação da raça é uma maneira de buscar caminhos para a compreensão da identidade negra em nossa sociedade. Pode ser também um importante aspecto do trabalho com a questão racial na escola que passa despercebido pelos educadores e educadoras. Quando a escola valoriza nas crianças seus cabelos e não trata como diferente, e sim como identidade de cada raça, ela desperta na criança a vontade de usar esse elemento como uma linguagem e uma forma de comunicação para expressar suas vontades e vivências do seu próprio corpo.

Apesar de o racismo ainda existir, observa-se que as crianças brancas do século XXI são menos racistas que as crianças dos séculos passados, pois vivemos em uma sociedade onde se discute mais sobre as diversidades. Mas não podemos falar a mesma coisa dos adultos deste século, que ainda trazem consigo o racismo e contagiam as crianças com este sentimento. Por isso, quando observamos nas escolas crianças e adolescentes cada vez mais com os cabelos crespos, sem alisamentos e com roupas que trazem estampas da cultura africana, mostra-nos que elas, cada vez mais, identificam-se nesses traços, o que possivelmente as tornarão adultos com mais vontade de preservar sua identidade negra e sua ancestralidade. Assim nos fala Nilma Gomes (2003, p.175):

Não podemos deixar de pontuar que a sociedade e a escola brasileira da atualidade têm construído representações sociais mais positivas sobre o negro e sua estética. Essa transformação, sem dúvida, não se dá por honra e glória da educação escolar. Se pesquisarmos mais a fundo, encontraremos a ação da comunidade negra organizada

em movimentos sociais, dos grupos culturais negros, das comunidades terreiro como partes importantes no processo de denúncia contra o racismo e de afirmação da identidade negra.

Desta maneira, a busca pela plena igualdade de direitos é a forma que a escola, a família e a sociedade civil organizada podem transformar a realidade das crianças negras e dar uma nova roupagem à educação brasileira, buscando sempre despertar em todas e todos uma educação que transforme e qualifique nossa história e nossa escola.

CAPÍTULO IV – “Deus me livre de ser sujo” – escola, família e racismo

Realizamos a pesquisa de campo a fim de observar como a temática que debatemos nos capítulos anteriores vem sendo tratados nos CREIS da Rede de Municipal de João Pessoa, no intuito de compreender como estudantes e suas famílias, professoras e gestoras lidam com o racismo.

Além das respostas aos questionários e entrevistas, apresentaremos algumas situações que são resultado das nossas participações nas atividades aplicadas. Para realizar a análise, dividimos este capítulo da seguinte forma: apresentação e discussão das respostas das crianças e professoras; respostas dos pais das crianças; episódios ocorridos no CREI I (espaço de nossa atuação como gestora) e, finalmente, a atividade realizada com as crianças no intuito observar sua relação com o racismo.

4.1 A percepção de crianças e professoras

Quando realizamos as entrevistas com as professoras, percebemos que muitas não conhecem história e a cultura africana e afro-brasileira. A existência de heróis negros é ignorada. Entre as sete entrevistadas, apenas uma já tinha levado para a sala de aula histórias ou contos africanos. Quando analisamos as entrevistas com os pais, a situação é bem mais preocupante, pois todos os entrevistados fazem uma relação negativa das histórias africanas ou as relacionam a algo distante de seus/suas filhos/as, mesmo os pais de crianças negras.

Uma das crianças entrevistadas, quando perguntada sobre o livro “XANGÔ” (2006) de Reginaldo Prandi, o qual apresentamos a ela, respondeu: “É muito feio esse livro, só tem pessoas pretas e não tem ninguém do bem. Não gostei”.

Observemos como a criança fez uma relação de feio com os personagens negros. Desconsiderando ou não reconhecendo a figura negra no livro como o personagem principal que normalmente as crianças “querem ser”.

Se a escola não traz para si a responsabilidade de formação cidadã para seus alunos desde a Educação Infantil, dificilmente teremos adultos com uma consciência de igualdade e equidade racial.

Foi possível perceber que muitos profissionais da educação se ausentam de falar sobre a diversidade étnica no cotidiano escolar, e evitam responder os questionamentos das crianças em relação a fatos ocorridos dentro da escola que envolve a cor de sua pele. Isso faz com que se sintam frágeis e humilhadas para enfrentar o racismo que sofrem pelos colegas. Não se sentem

protegidos pelos adultos e professores, e essa falta de segurança se expressa em silêncio por parte das crianças negras quando sofrem do racismo dentro do contexto escolar. O silêncio acaba sendo a resposta que os professores, por hora, têm para essas crianças. Isso está retratado em respostas dadas pelas crianças e professores. Ao serem perguntadas se já aconteceu algum fato dentro da escola referente à cor de sua pele que as incomodaram, elas responderam:

Criança 1. (negra): “Uma vez minha amiga disse que, se eu tomasse banho o dia inteiro, ficaria da cor dela, que é branca. Daí pedi à professora pra tomar banho antes de todas as outras crianças pra ficar mais tempo na água. Daí a professora mandou eu parar de besteira, que não é culpa minha ter nascido preta.”

É bastante evidente o total despreparo da professora para lidar com o racismo neste caso, e como ela relaciona o racismo com algo negativo que acontece com os negros, como se fosse realmente um problema ser negro. Falar em aceitação, referindo-se à cor da pele da criança é fortalecer a cultura de superioridade da raça branca sobre a negra.

Já a criança branca, respondeu:

Criança 2. (branca) “Minha mãe me falou que não é para eu falar da cor da pele de ninguém, porque todas as pessoas são diferentes e minha melhor amiga é bem pretinha. Assim da cor do lápis preto, eu gosto dela. E a professora falou que é assim mesmo, que temos que gostar até das pessoas pretas.”

De fato, as professoras precisam entender sobre educação racial e perceber seu papel no processo de desconstrução do racismo. Quando a criança relaciona a cor preta do lápis à cor da pele de sua amiga e porque provavelmente a professora não trabalha sobre etnias e diversidades culturais, como também a mãe da criança desconhece a importância de não usar o terno aceitação, pois há a ideia de “erro” por ser negro.

Pergunta de teor semelhante foi direcionada para as professoras. Ao serem questionadas sobre qual teria sido a sua atitude diante de situações racistas com as crianças na sala de aula, responderam:

Professora 1. (branca) “Eu acho que não podemos falar de situações de racismo entre crianças. Não acho que crianças são racistas. Penso que elas apenas reproduzem atitudes de casa, por isso sempre coloco na agenda para os pais resolverem e conversar com seus filhos sobre o tema.”

Essa fala da professora só reforça o que discutimos nos capítulos anteriores, que muitos profissionais da Educação Infantil não acham necessário debater sobre o assunto com as crianças. Que não é assunto da escola, que os pais têm que conversar com a criança, como se fosse algo puramente comportamental.

Outra docente, por sua vez, respondeu:

Professora 2. (negra) “Fico pensando o tanto que sofri com o racismo na escola quando era criança, por isso trabalho muito com a minha sala de aula sobre aceitar o que Deus nos deu como missão. Ser negro é aceitar ser diferente, mas nunca baixar a cabeça para essa condição.”

Veja como é contraditório o fato de a professora ter sofrido racismo na infância e, ainda assim, não entender como ela ainda é afetada por esse sentimento de aceitação da raça, como algo a ser superado pelas vias religiosas.

O fato de ter sofrido racismo e silenciado provoca nas pessoas negras esse sentimento, muitas vezes involuntário. Nem se percebe que não enfrentá-lo é só a afirmação de que não se supera o que não se discute.

Esses relatos só afirmam que muitos professores preferem não discutir o assunto e criam nas crianças um sentimento de aceitação de muitos preconceitos vividos. Quanto aos relatos das crianças, só reafirmam que elas se sentem desprotegidas e não conseguem lidar com o racismo.

Outra questão importante é como a religiosidade é usada para que a professora fuja da discussão e a coloca como “solução para aceitação”.

As visões estereotipadas sobre ser negro/a aparecem nas respostas à pergunta sobre o que acham da cor de sua pele. A criança negra respondeu: “Eu gosto de ser preta, mas acho que também gostaria de ser branca. Acho legal minhas amigas que são brancas”. Já a branca respondeu: “Acho linda minha cor, que é a cor da minha mãe. Que também é linda”.

Discutir o racismo com as crianças proporciona um debate e desperta um sentimento de entendimento de suas origens culturais, raciais e sociais. Quando se gosta de alguma coisa normalmente não queremos mudá-la, e a fala da menina em afirmar que queria ser da cor da outra revela esse sentimento de inferioridade de raça, sentimento esse que também se revela na resposta da criança.

Perguntamos também o que achavam da cor da pele diferente da sua. A criança branca respondeu: “Acho sujo, não queria ser dessa cor”. E acrescentou: “Deus me livre ser sujo, tenho pena de ‘Maria’ porque ela é preta, mas talvez quando ela crescer fica melhor, daí eu até posso ser amiga dela”. A aluna negra, por sua vez, respondeu sobre a cor branca: “Acho tão bonito. Mas gosto da minha cor também. É igual a da minha mãe e eu gosto da minha mãe. Da cor dela”.

A frase “ser suja” neste contexto é racista, pois faz uma relação entre a cor negra e a sujeira do corpo ou de algo. Ter pena de alguém por ser negro é dizer que a pessoa é inferior ou que tem algo de errado com ela.

Mas veja o papel que desenvolve a não formação dos profissionais da escola e dos pais da criança em pensar que ser negro é algo temporário. Talvez seja essa a relação de sujo que ela faz com a cor da amiga, quando diz: “Mas talvez quando ela crescer fica melhor”. Talvez o conhecimento do próprio corpo a professora deva trabalhar com as crianças.

Perguntamos ainda sobre o que elas achavam de seus cabelos. As respostas dadas pelas crianças foram as seguintes: “Gosto de meus cabelos, é bem cacheadinho, mas queria que fosse igual ao da minha amiga [que é branca] e tem os cabelos lisos. Mas gosto do meu. Acho massa” (criança negra). Já a outra, respondeu: “Acho lindo o meu cabelo, ele é liso e acho um pouco legal o cabelo de minha amiga [que é crespo], mas eu prefiro o meu cabelo” (criança branca).

Essas respostas só mostram que muitas pessoas não precisam abrir a boca para dizer que é racista. O que vai defini-las como racista são suas atitudes em relação à cor da pele da outra.

As crianças, por serem ensinadas, acabam sendo racistas, gerando mais que uma mera reprodução. Muitas vezes, as intervenções das professoras poderiam ter ajudado a acabar com atitudes racistas, mas preferiram silenciar que debater. Outra coisa que ficou bastante evidente nas respostas das crianças negras é a forma como elas se veem e como veem a outra, sempre se colocando que gosta de si, mas gostaria de ser a outra criança.

A escola pode criar mecanismos para que haja uma interação entre todas as crianças e seus familiares e assim tenham uma educação baseada no respeito e educação igualitária, e as professoras precisam entender a sua importância nesse contexto para que as crianças negras se sintam acolhidas e encorajadas para saber lidar com o racismo quando ele se manifestar de alguma forma.

Quanto aos cabelos crespos, podemos observar que já existe uma mudança de pensamento e um entendimento destes como parte de sua identidade e características próprias.

4.2 A Percepção das famílias das crianças

Ao perguntarmos aos pais sobre suas preferências quando da gestação, se pensavam em ser menina ou menino e sobre a cor da pele da criança. As respostas foram as seguintes:

Mãe 1: “Eu preferia menina, mas tinha medo porque sofri muito racismo quando era pequena. Na gestação ficava parada horas pensando se o cabelo dela fosse igual ao meu, que é crespo, o tanto que ela sofreria. Na verdade, eu queria que ela fosse igual a mim, mas não nesse mundo racista que temos. Rezei para que ela parecesse com o pai, que é branco, mas quando ela nasceu e eu olhei naquela carinha. Eu só tinha uma certeza: era aquela criança que eu sempre sonhei e não me imaginava outro rostinho pra ela. Amo ela e vou defender de tudo, por

isso ensino ela a se aceitar e de ter orgulho da cor, dos cabelos, da história de sua família. Penso que só assim acabaremos com a inferioridade que os negros sentem em relação aos brancos.”

Quando o racismo chega aos negros/as, ele é muito cruel, pois tira até a vontade de ver em seus filhos suas próprias semelhanças. O medo e a vontade de não deixar o filho/a passar pelo sofrimento de uma atitude racista acaba trazendo essa negação da própria raça e, de certa forma, não perpetuar suas raízes negras. Muitas mulheres negras, depois de mães, enfrentam e combatem o racismo não por si, mas pelos filhos.

Mãe 2: “Eu sempre sonhei com menino, desde adolescente que queria um menino e na verdade nunca se importei com a cor que ele teria. Casei com um homem negro e sabia que meus filhos poderiam ser parecidos com qualquer um de nós. Nunca fui racista, nem sou, mas minha família, quando descobriu da gravidez, fez exatamente essa pergunta e eu sempre respondi com muita certeza. Que seja da cor do pai, pois eu adoro um “negão”. Quando levei-o para o CREI, a primeira vez as pessoas olhavam para uma criança negra e uma mãe branca e ficavam olhando com uma cara de quem dizia ou é adotado ou o pai é muito negro. Não consigo entender como as pessoas são tão más e ofendem crianças negras, deficientes, pobres. Enfim, as pessoas se preocupam com tudo da vida do outro. Ensino meu filho a se defender do racismo caso ela passe por situações de racismo, mas nunca com violência, sempre mostrando a quem praticou o racismo que é uma pessoa muito melhor que ele.”

Veja como é diferente quando se trata de uma mãe branca que tem um filho negro, pois não tem noção do que é sofrer na pele o racismo. Não que o fato de o filho ser negro, filho de branca, irá livrá-la do racismo. Mas só para destacar que ela só passará a enfrentar o racismo por seu filho e não por ela. E isso traz uma diferença.

Também perguntamos aos pais das crianças se eles já sofreram racismo ou se já presenciaram situações de racismo. As respostas das mães foram as seguintes:

Mãe 1 “Diversas vezes, sofri o racismo e outras tantas vezes presenciei situações de racismo. Antes de ser mãe, eu fingia não me importar. Depois que minha filha nasceu, eu entendi que eu precisava enfrentar o racismo por ela. Para ensiná-la a defender sua gente e lutar junto com outras pessoas. Assim, minha filha não passaria por tudo que eu passei”.

Já a resposta da **Mãe 2**, que é branca, foi a seguinte: “Não sofri racismo, mas vivi várias situações com meu esposo, inclusive dentro da minha família, que era contra nosso relacionamento porque ele é negro. Enfrentamos tudo juntos e hoje nosso filho é negro e o xodó da família. Mas foi difícil porque uma vez minha mãe falou: “uma coisa é um marido negro, outra é um filho. Ficava pensando que ela achava que os negros nascem grandes. Pois meu esposo foi criança. O nascimento do neto a fez entender isso. Hoje vivemos bem”.

Provavelmente, todo mundo conhece alguém que já sofreu com o racismo ou vivenciou uma situação racista. Muitas vezes, ele é encarado, mas de forma sentimental que de enfrentamento de fato. As mulheres enfrentam o racismo ou lutam para acabar com ele pelos seus filhos, silenciando a sua dor e protegendo a dor dos seus.

A mesma pergunta foi direcionada para o pai, e as respostas foram as seguintes:

Pai (negro): “Se eu pensava na cor do meu filho. Eu sonhava que ele fosse da cor da mãe, que é branca, pois eu sei o que eu sofri na adolescência com preconceito e racismo. Mas pensei isso pra protegê-lo, e não queria menina porque seria pior ainda. Mas ele nasceu da minha cor negra e eu amei porque me vejo nele, e minha esposa também queria que fosse da minha cor pra acabar com o racismo dentro da família dela. Porque tivemos problemas. Hoje eu olho pra ele e sou feliz porque ele se parece muito comigo. Quando você me pergunta se eu já sofri racismo eu te respondo que isso acontece até hoje. Mas penso que foi pior na adolescência e no início do namoro com minha esposa. A família dela é toda branca e não aceitava nosso namoro. Até chamaram a Polícia quando ela foi me apresentar em casa. Pensavam que era um assaltante chegando com ela em casa. Foi horrível. Enfrentamos tudo juntos”.

A passagem acima só reforça o que já discursamos a respeito de situações do cotidiano que são racistas. Muitos negros são estereotipados como marginais e confundidos pela cor de sua pele e pelo jeito de se portar. Ainda existem famílias que querem preservar a “raça” branca e não aceitam o fato da união de um negro com um branco.

Também foi perguntado às mães das crianças se elas acham que existe discriminação racial e se veem o racismo de formas diferentes para homens e mulheres.

A primeira mãe, que é negra, respondeu: “Eu vejo que hoje é bem diferente. Antes, quando eu era criança, tinha mais racismo. Hoje não! As pessoas aceitam todos de todo jeito. Mas na minha época era corriqueiro isso. Eu venho de uma família de quatro irmãos, três irmãos e uma mulher, eu. Na adolescência, as meninas se referiam a meus irmãos como negrinho gostoso e a mim, como neguinha estranha, sempre ofendendo meu cabelo. Minha adolescência foi difícil, sei que pra meus irmãos também, mas comigo, que sou mulher, era bem pior. Minha filha, que é negra, até agora não sofreu o racismo. Até agora não ou pelo menos nunca percebi ou ela nunca me falou”.

Já a segunda mãe, que é branca, falou: “Existe sim muita discriminação racial, mas algumas pessoas fazem questão de esconder. Nossas ações mostram muito quem somos. Eu penso que se o racismo ainda existe é porque as pessoas preferem jogar pra debaixo do tapete. Eu vejo que para as mulheres o racismo é bem mais cruel que para os homens, pois é

acrescentado o racismo aos seus cabelos e ao seu corpo. Os homens negros são sensualizados e as mulheres, xingadas”.

De fato, existe sexualização dos corpos negros, de forma que as mulheres negras são vistas como objetos para o sexo, mas não para o casamento, e os homens como alvo de assédio e “bom para namorar”, mas não ter um filho. Veja o que falou a mãe em sua resposta anterior. “esposo negro é uma coisa, filho é diferente”.

Já a resposta do pai, que é branco, para a mesma pergunta foi:

Pai (branco): “Enquanto o mundo for mundo, vai haver o racismo. Não gosto muito de falar sobre isso. Como não sou negro, nunca me preocupei muito com isso. Quando eu era solteiro, namorei com uma menina linda negra e ela ficava o tempo todo falando sobre isso e sei que ela estava certa, pois sofria na pele. Sempre aconselhava ela tentar vencer na vida, estudar e se formar para mostrar aos outros que, mesmo sendo negra, ela iria conseguir vencer na vida. Se eu acho que o racismo é diferente entre homens e mulheres, acho que é a mesma coisa. Não tenho muito a falar não, só isso”.

Outra pergunta foi referente às formas de combater o racismo. As respostas foram:

Mãe 1 (negra) “Na minha opinião, era as pessoas se aceitarem, só assim elas iriam parar de ficar xingando o povo negro e seus filhos, quer dizer, nossos filhos, que eu também sou negra. É isso. Precisamos mudar essa realidade. Eu acho que a escola pode ajudar em tudo”.

A outra mãe respondeu: **Mãe 2 (branca)** “A melhor forma de combater o racismo é com políticas públicas, com muitas formação para os professores e para a direção das escolas e CREIS também, porque são as pessoas que fazem a escola mudar e despertar nas crianças e nos jovens. Elas irão crescer com outro pensamento. Nós brancos temos uma dívida moral com os negros”.

A mesma pergunta foi direcionada para os pais. As respostas foram:

Pai 1 (branco) “Primeiro para acabar com o racismo vai ser muito difícil, porque as pessoas que estão no poder são racistas. Quase todas! E, por isso, que é muito complicado. As pessoas têm que mudar pela educação e a educação não chega nos pobres, como a maioria dos pobres são negros, eles sofrem com o racismo e com o preconceito social. Daí fica difícil a vida do negro pobre no Brasil”.

A consciência de uma mudança de pensamento vinda das políticas públicas é percebida nesta resposta, mas também percebe-se a descrença nestas mesmas ações para acabar com o racismo na sociedade.

4.3 “Liso é mais fácil de pentear e fazer trancinhas”: Casos presenciados nas observações quando da aplicação dos questionários no CREI I

CASO I

Uma mãe procurou a direção do CREI para relatar o seguinte fato: “Certo dia, minha filha, que é negra e de cabelos crespos, perguntou-me porque era a única da sala que a professora não fazia trancinhas em seu cabelo, que tinha muita vontade de ser ‘igual’ às outras, mas a tia só prendia seu cabelo”. Diante da situação, nossa primeira atitude, como gestora, foi escutá-la e dizer que iríamos conversar com a professora para entender o que estava acontecendo no caso das “trancinhas” das crianças e depois a chamaria para conversar junto com a professora da turma.

Ao contrário do que imaginava que fosse apenas uma situação pontual daquele dia, ao conversar com a professora, percebemos logo na primeira frase que, de fato, tratava-se de uma situação de racismo. A frase da professora foi: “Isso não teria acontecido se a mãe dela alisasse o cabelo da menina. Liso é mais fácil de pentear e fazer trancinhas. Tenho certeza que a criança preferia um cabelo liso a esse ‘Black’, que às vezes até fede”. Essa maneira preconceituosa de ver o cabelo da criança negra reforça o que apresentamos anteriormente.

Algumas soluções foram pensadas para lidar com essa situação. A professora foi afastada temporariamente de suas atividades no CREI para uma capacitação sobre “Políticas de afirmação para o ambiente escolar de identidade cultural das crianças negras”, outro encaminhamento foi realizar um dia de atividades com a mãe da criança e as professoras sobre tipos de cabelos e penteados afros, como forma de aceitação das crianças a todos os tipos diferentes de cabelos e corpos, sejam eles negros ou brancos. Para as professoras, foi realizado um debate e uma formação de como lidar com situações de racismo no cotidiano escolar de forma a desenvolver nas crianças uma educação voltada para as diferenças.

CASO II

Um fato nos chamou atenção durante a observação realizada no CREI II. Um pequeno estudante, de cinco anos, estava ansioso para um piquenique organizado pela escola e todo orgulhoso porque iria fazer uma apresentação na contação de história, representando o príncipe. A mãe da criança fez uma linda coroa dourada com brilhos e uma roupa extravagante de

príncipe. A criança chegou no CREI de braços dados com a mãe e trazendo uma cesta de frutas. Sua alegria era tanta por ter sido escolhido pela professora para fazer o príncipe que a criança, segundo a mãe, teve até febre durante a noite e quase não dormiu de tanta ansiedade.

Mas sua alegria iria durar pouco. Os familiares das crianças se surpreenderam quando a professora iniciou a contação de história e chamou o príncipe para ir de encontro à princesa. Quando os pais da menina viram aquele personagem, “o príncipe”, um menino negro de cabelos crespos pegar na mão da princesa, uma menina branca de cabelos ondulados, a primeira reação foi de se retirarem do local e chamar a direção para entender o que estava acontecendo.

A indignação dos pais da menina foi tão grande, que eles ficaram sentados na direção até acabar aquela atividade. Assim, quando terminou, a gestora foi ao encontro dos pais para conversar e tentar entender o que eles julgaram como absurdo e então percebeu que era um caso de racismo. Quando chegou com as crianças, o príncipe e a princesa, para tirar uma foto com os pais, a mãe chorava e pegava a criança no colo dizendo que sua filha não precisava passar por isso. Que ali tinham vários familiares deles e viram sua filha ter que ficar o tempo todo com aquele menino “negro”, “sujo”, “feio”. “Nunca nossa família teve que passar por constrangimento tão grande”, disse.

A professora das crianças, com os olhos cheios de lágrimas, colocou o menino negro nos braços e disse: “ninguém sai dessa sala até a Polícia chegar”. E assim fez a gestora, sem que a mãe do menino pudesse entender o que estava acontecendo. Chamou a Polícia e orientou a mãe a fazer um boletim de ocorrência por racismo e injúria contra aquela família. No dia seguinte, a mãe do menino resolveu ir à escola e tirar a criança do CREI porque ali só trazia lembranças do racismo pelo qual seu filho passou. Por mais argumentos que a gestora, a supervisora e a professora tentassem usar para a mãe não tirar a criança, não foram suficientes.

Sobre a mãe da menina, esta também tirou a criança da escola por entender que a escola a constrangeu levando o caso à Polícia. Depois deste fato, a escola só reafirmou sua postura de trabalhar a diversidade cultural e racial entre as crianças.

Neste caso, podemos ver claramente como faz diferença quando todo o corpo docente e a direção têm clareza da importância de ações de autoafirmação da identidade das crianças negras e do conhecimento que racismo é crime. A atitude da gestora e da professora demonstra confiança uma na outra ao ponto de pensarem logo de imediato a ação e proteção à criança que, naquele momento, estava em uma situação de crime de racismo.

Infelizmente, as famílias das crianças negras não estão preparadas para enfrentarem uma situação como essa. Tirar a criança daquele ambiente, mesmo tendo a certeza que a escola não é conivente com o racismo, não foi o suficiente para manter a criança na escola. Por isso é que

defendemos a importância da participação cotidiana da família na escola como um processo de construção da educação igualitária, inclusiva e sem nenhum tipo de preconceito.

4.4 Sobre as atividades aplicadas

O processo metodológico que usamos para desenvolver a atividade foi da seguinte forma: Primeiro fizemos a observação da atividade do dia da consciência negra que foi aplicada pela professora da turma de cinco anos e no dia seguinte realizamos a mesma atividade com a mesma turma.

CREI I – Literatura africana e afrobrasileira

Atividade realizada pela professora: Depois de acolher todas as crianças, a professora iniciou a atividade mostrando um cartaz com a frase “Consciência Negra”, com as vogais em destaque. Em seguida, pediu para as crianças identificarem quais crianças na sala tinham a pele negra e falou que o dia da consciência negra é para que as pessoas percebam que todos somos iguais e que, para que as crianças entendessem melhor, iria colocar um vídeo com a história do livro o “Cabelo de Lelê”, (2013) de Valéria Belém, que conta a história de uma garota que não gosta de seus cabelos e não sabe lidar com eles. Depois Lelê aprende sobre sua beleza e entende que é uma herança de sua família, de seus pais e avós e assim aprende gostar de seus cachinhos.

Depois de exibir o vídeo, a professora pediu para que as crianças desenhassem personagens da história e assim foi feito. Para finalizar a atividade, a professora pediu para que todos identificassem as vogais na palavra NEGRA e depois fez um grande abraço coletivo.

No dia seguinte, realizamos com a mesma turma uma atividade sobre o Dia da Consciência Negra. Usamos o mesmo cartaz que a professora tinha apresentado no dia anterior, mas realizamos da seguinte forma: primeiro com a vogal A destacada da palavra negra escrevemos ÁFRICA e apresentamos o mapa do Brasil e o mapa da África, mostrando para as crianças as características da África, destacando sempre a pele negra das pessoas e a maneira como as mulheres usavam seus cabelos.

Em seguida, mostramos de forma simples a árvore genealógica usando duas crianças para ilustrar suas famílias e suas características de acordo com seus pais.

Depois, mostramos a árvore genealógica da professora, que é branca, e a minha que sou negra, e mostramos as características das duas de acordo com nossas famílias. Diferenças nos cabelos, na cor, no tamanho, sempre identificando a partir das características de nossos familiares.

Depois falamos que o dia da consciência negra que é comemorado em todo país no dia 20 de novembro, em memória a um herói negro. O livro “Zumbi dos Palmares” de Kayôde (2009), conta sobre africano que nasceu livre, mas foi escravizado aos seis anos de idade e que mais tarde ele voltaria para sua terra natal e seria líder do Quilombo dos Palmares.

Também apresentamos fotos de Zumbi e Dandara, sua esposa. Depois, apresentamos o mesmo vídeo que a professora tinha apresentado às crianças: o “Cabelo de Lelê” (2013) de Valeria Belém. Quando as crianças terminaram de assistir, realizamos uma conversa sobre o que eles tinham achado de tudo que tínhamos apresentado desde o início da aula, e as crianças pediram para desenhar igual à aula anterior e sugeriram que fizéssemos penteados iguais aos que viram na África.

Também falaram que o cabelo das meninas eram todos lindos “ou liso ou alto”. Terminamos esta atividade com a confecção de um grande painel com os desenhos que eles tinham feito no dia anterior e com a música “Somos iguais e diferentes”, de Manoel Lages.

CREI II - Primeira atividade “Dia da Consciência Negra”

Neste CREI, utilizamos os mesmos recursos e a mesma metodologia do CREI I para aplicar a aula com as crianças, sendo a atividade diferente. Também fizemos um painel com as crianças, pedimos que eles fizessem um único desenho completando o desenho do outro de acordo com os elementos que viram no vídeo e nas figuras africanas.

As crianças ficaram muito impressionadas com as cores trazidas para que retratavam imagens e estampas africanas e, para nossa surpresa, pediram para colorir em um papel e o resultado foi fantástico. Muitos desenhos coloridos e até uns com a figura de Zumbi. Também encerramos esta atividade com a música “Somos todos diferentes”, de Manoel Lages.

Segunda atividade – “Minha imagem e minha identidade”

A atividade proposta foi para a turma de quatro anos (pré-escolar I). Primeiro acolhemos as crianças e, em seguida, fizemos no pátio uma roda de conversa com as crianças e, ao centro, diversos bonecos e bonecas, brancos e negros, e as crianças, depois de falar seus nomes, poderiam escolher qual boneca ou boneco eles queriam. Ao terminar a rodada de apresentação e a escolha dos brinquedos, iniciamos uma brincadeira na qual pedíamos para as crianças colocarem dentro da caixa verde as bonecas que eles achavam mais bonitas e na caixa vermelha as que eles achavam pouco bonitas e na caixa amarela as que eles achavam muito feias.

E assim foi feito. A caixa amarela foi a que recebeu mais bonecas negras e apenas uma boneca branca, que estava com os cabelos bem embaraçados. Já na caixa verde, todas as bonecas eram brancas e na caixa vermelha, a maioria era de bonecos sendo brancos e negros.

Perguntamos às crianças porque eles achavam as bonecas negras feias e a maioria respondeu que o cabelo era estranho e antes mesmo que perguntássemos, já foram juntando a resposta: “as brancas são mais bonitas”. “Só escolhi essa porque não tinha outra”, respondeu uma criança ao falar de sua escolha no brinquedo.

Outras crianças falaram que só colocaram as bonecas negras na caixa amarela porque todos estavam colocando. “Não acho feia”, disse a criança referente à sua escolha da caixa. Novamente misturamos as bonecas e percebemos que, desta vez, as crianças, como não tinha uma ordem para pegar, como da primeira vez que era para falar o nome e pegar, pegaram e brincaram normalmente com todas as bonecas. Também percebemos que os meninos não gostam de brincar com os bonecos e preferem as bonecas, mas, entre elas, as brancas.

Ao som de uma música, pedimos para as crianças se dividirem em duplas e conversarem com a amiguinha, contando suas histórias e falando de seus cabelos, de maneira que seja tranquilo e engraçado ou até mesmo contar como faz para pentear e arrumar seus cabelos.

Após esse momento, cada um recebeu a tarefa de apresentar o colega para todos. Pelo fato de serem crianças muito pequenas, nem todas entenderam a atividade e nem todas quiseram participar, mas as que participarem estavam bem empolgadas e, quando as crianças já estavam enturmadas, realizamos a contação de história do livro “Betina”, de Nilma Lino Gomes (2009), que fala sobre uma garota negra que aprendeu a trançar os cabelos com a sua avó.

Depois de contar a história, pedimos às crianças para fazerem tranças nos cabelos das bonecas com que estavam brincando no primeiro momento. Assim, com a história apresentada e com os cabelos das bonecas trançados, falamos da importância de conhecer a história do outro e de entender que todos somos diferentes e que isso não é motivo nem para xingamento e nem para excluir o amigo ou amiga das brincadeiras do dia a dia.

Com tudo isso, vimos nas respostas dos questionários e nas situações que presenciamos que o racismo aparece em frases que às vezes nem mesmo a pessoa pensa que é racista. Da mesma forma, percebemos que as crianças mesmo muito cedo apresentam situações que de fato são racistas, o que é muito triste, pois estão despertando para assuntos desse tipo, de forma preconceituosa e naturalizada muitas vezes na escola. Fora as situações a qual nos deparamos

com a falta de preparação de alguns professores que acompanha a historia de silenciar o racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo e o preconceito racial continuam sendo realidade no Brasil. Um espaço importante para a discussão sobre esse problema e sua resolução seria o ambiente escolar. Esta escola deveria proporcionar reflexões e ações eficazes para que não tenhamos qualquer tipo de preconceito ou racismo dentro ou fora da escola. No entanto, não é o que as pesquisas acadêmicas, as denúncias de movimentos negros e nossas experiências com a educação demonstram.

Em busca de entender essa questão e refletir sobre como tem sido tratada na educação infantil, analisamos a legislação educacional, utilizamos referencial teórico de pesquisadoras sobre a temática e fomos ao campo observar o cotidiano escolar. Através de entrevistas, questionários, observações e intervenções com professoras, famílias e estudantes de 4 e 5 anos, construímos esse trabalho de conclusão de curso de Pedagogia.

Diante de tudo o que debatemos, tornou-se necessário refletir sobre como o racismo ainda tem influenciado na formação das crianças e de professores. Os resultados da pesquisa aqui realizada mostraram que ainda é muito insuficiente a aplicação de políticas públicas de igualdade dentro e fora da escola. Defendemos que a escola, a família e a comunidade precisam debater as formas de enfrentamento ao racismo, tanto na efetivação das leis que existem quanto nas ações do cotidiano escolar.

A análise das entrevistas proporcionou compreender como as famílias tentam mascarar o racismo. O racismo entre os/as estudantes pode até parecer sutil ou inofensivo, mas ele chega muito cedo à vida das crianças negras, tendo um papel de construção na formação da identidade das crianças, construção essa que é muitas vezes negativa, estereotipada, com baixa autoestima, e dificuldade de pertencimento racial.

Um aspecto que observamos foi a trajetória das leis que versam sobre a educação no Brasil. Destacamos o papel das organizações, do movimento negro e das pesquisas acadêmicas em sua elaboração e aprovação. Esta trajetória garantiu que hoje se tenha a segurança e o direito à universalização da educação, mas não qualquer, e sim uma educação voltada para todas as pessoas que estão e que estarão na escola. A valorização de todas as culturas e diversidades que tem a escola tem ajudado do empoderamento de meninas e meninos negros/os no entendimento de suas origens e da preservação de suas raízes para que possamos ter uma geração de negros e negras com mais convicção na construção da história deste país, como também de todas as raças.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de história e cultura Afro- Brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004.
- BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana** – Brasília: MEC, 2010.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**, Brasília: MEC, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016a.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/. Acesso em: 01 de set. 2019.
- BRASÍLIA DISTRITO FEDERAL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.
- BATISTA, Nelma Pinto. **Cabelo Ruim?** Cuiabá: Tanta Tinta Editora, 2007.
- BELEM, Valeria. **O cabelo de Lelê**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2013.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: Racismo preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
- DIAS, Lucimar Rosas. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 17, núm. 51, septiembre-diciembre, 2012, pp. 661-674.
- DIAS, Lucimar Rosas. SILVA, Flávia Carolina. O direito a uma educação comprometida com a Educação das Relações Étnico-Raciais, **Educação em Foco**, ano 19 - n. 29 - set/dez. 2016 p. 35-60.
- FIRMINO, Fernanda, LIMA, Fabiana, LDB esquematizada e comentada para concursos edição atualizada de acordo com a Lei 13.234 de 2015. Disponível em: <https://dhg1h5j42swfq.cloudfront.net/2016/06/24001343/LDB-ESQUEMATIZADA-VERSAO-2016.pdf> Acessado em 15/09/2019.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação Anti-racista**: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005.
- KAYODE: Zumbi. **O pequeno Guerreiro**. São Paulo: Quilombhoje, 2009.

LAGES, Manoel. “Somos iguais e diferentes”. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=gHqugbFyIpg> - Acessado em 10/09/2018.

PIAGET, Jean. **O Nascimento da Inteligência na Criança**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ANEXOS

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIOS

Questionários aplicados com as famílias, professoras e crianças dos Centros de Referência em Educação Infantil como parte da pesquisa para elaboração do trabalho de conclusão de curso – TCC.

- PERGUNTA DIRECIONADA ÀS CRIANÇAS

1. Já aconteceu algum fato dentro do Centro de Referência em Educação Infantil – CREI, referente a cor da pele que você se sentiu incomodada?
2. O que você acha da cor da pele de sua amiga que é diferente da cor de sua pele? E a cor de sua pele, você gosta?
3. O que você acha de seus cabelos?

- PERGUNTA DIRECIONADA ÀS PROFESSORAS

1. Já presenciou alguma situação de racismo entre as crianças na sala de aula? Qual a sua postura ou atitude diante desse fato?

- PERGUNTAS DIRECIONADAS ÀS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS

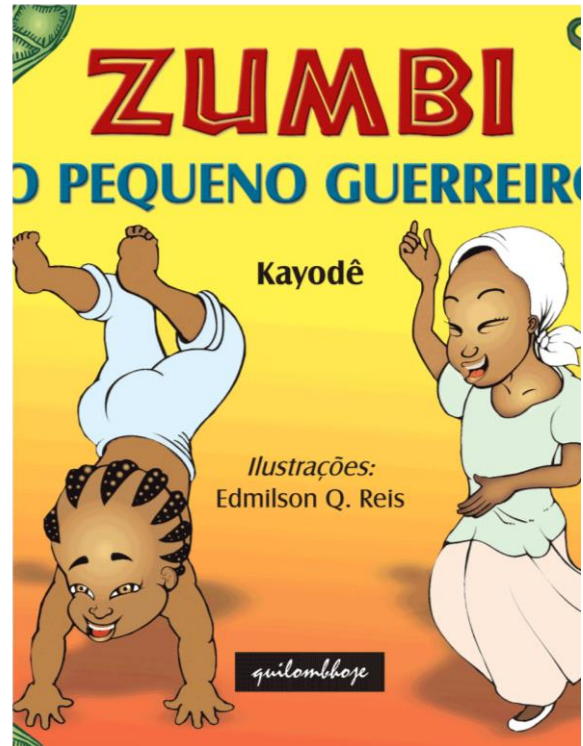
1. Quando você descobriu que estava grávida e durante a gestação, você pensava na cor da pele da criança, ou tinha preferencia entre nascer menino ou menina?
2. Você já sofreu racismo ou já presenciou alguma situação de racismo?
3. Você acha que existe discriminação racial? Na sua concepção, o racismo acontece de forma diferente para homens e mulheres negras?
4. De que forma você acha que se pode combater o racismo?

ANEXO 2 – ATIVIDADES REALIZADAS COM AS CRIANÇAS

- DINÂMICA COM AS BONECAS E BONECOS NEGROS



- CONTAÇÃO DE HISTÓRIA DO LIVRO ZUMBI: O PEQUENO GUERREIRO



- CONTAÇÃO DE HISTÓRIA DO LIVRO XANGÔ: O TROVÃO

